

19 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

BEATRIZ RIGOLETO CAMPOY

O assassinato de mulheres e suas novas repercussões

Beatriz Rigoleto Campoy

No dia 3 de março de 2015, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou o Projeto de Lei 8.305/2014 do Senado Federal que prevê como crime hediondo o assassinato de mulheres motivado por questões de gênero. No último dia 9, a presidente da República sancionou a referida lei.

A questão do assassinato de mulheres como uma forma de violação dos direitos humanos veio à tona nos últimos anos com o caso conhecido como "Campo Algodoeiro", que foi aceito pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2007. Nessa demanda, o Estado do México foi condenado pela denegação de justiça, falta de diligência nas investigações, dentre outras acusações, diante do desaparecimento e assassinato de três jovens. As vítimas desapareceram e seus corpos foram encontrados em um local chamado de Campo Algodoeiro na Ciudad de Juarez. Muito embora esse caso tenha chegado à apreciação da corte, estima-se que entre os anos de 1993 e 2000 mais de cem mulheres tenham sido assassinadas nas mesmas circunstâncias na Ciudad de Juarez.

No Brasil, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, finalizada em 2013, sugeriu em seu relatório final a inclusão do feminicídio no rol das qualificadoras do crime de homicídio, bem como a inclusão de algumas causas de aumento pena. A mesma comissão averiguou em suas investigações que houve o assassinato de 43,7 mil mulheres no País nos anos de 2000 a 2010, sendo 41% delas mortas em suas próprias casas por seus companheiros ou ex-companheiros.

A referida lei passa a prever uma pena de reclusão de 12 a 30 anos para aquele que comete homicídio contra a mulher por razões gênero. O texto considera razão de gênero quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Atualmente, o homicídio simples, ou seja, aquele praticado sem qualquer qualificadora possui uma pena de 6 a 20 anos de reclusão. Portanto, aquele que matar uma mulher sem a incidência das qualificadoras existentes até a entrada em vigor da referida norma incidirá nas penas acima citadas. Após a entrada em vigor da nova redação incidirá na pena de 12 a 30 anos, pois terá praticado homicídio qualificado.

As penas foram aumentadas de 1/3 até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência, na presença de descendente ou ascendente da vítima. Outra grande alteração foi a mudança na Lei 8.072/1990 - Lei dos Crimes Hediondos. Segundo esta norma, o homicídio simples, exceto o praticado em atividade típica de grupo de extermínio, não é crime hediondo. Com a nova redação do artigo 121 do Código Penal, o homicídio contra mulheres por questão de gênero passa a ser qualificado e, portanto, entra no "rol" dos crimes hediondos fazendo incidir

sobre ele todas as disposições desta lei.

O grande questionamento acerca dessas alterações se dá em torno de uma suposta inflação das normas penais incriminadoras. Seria o Direito Penal o campo adequado para a resolução de problemas sociais graves como a violência de gênero? Não obstante o válido questionamento, fato é que a nova redação do Código Penal é um marco jurídico relevante no combate à violência contra a mulher, mas sem dúvida nenhuma necessita de outros marcos principalmente no âmbito das políticas públicas sociais, educacionais e trabalhistas.

BEATRIZ RIGOLETO CAMPOY é advogada especialista em direitos humanos e democracia em Curitiba

66

A nova redação do Código Penal é um marco jurídico relevante no combate à violência contra a mulher

19 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Em depoimento ao Gaeco, acusados adotam silêncio

Viviani Costa
Reportagem Local

Londrina- O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) ouviu empresários e novas testemunhas sobre a suspeita de fraude na contratação da empresa Providence Auto Center que executava a manutenção de veículos do governo do Estado. Os empresários Luiz Abi, Ismar Ieger e Roberto Tsuneda, além do advogado José Carlos Lucca decidiram permanecer em silêncio durante depoimento. Os quatro estão presos desde a última segunda-feira quando foi deflagrada a Operação Voldemort.

O advogado que representa Luiz Abi, Marcello Alvarenga Panizzi, atua no gabinete do líder do governo na Assembleia Legislativa do Paraná, posto ocupado pelo deputado Luiz Claudio Romanelli (PSDB). Na saída da sede do Gaeco, Panizzi disse apenas que conhecia o primo de Beto Richa, Luiz Abi, "do governo". O desconforto ao relacionar Luiz Abi à administração estadual fez com que os assessores do deputado encaminhassem uma nota de esclarecimento à imprensa.

Conforme a nota, o advogado "exerce a função de assessor jurídico de plenário, o que não gera incompatibilidade legal no exercício da advocacia privada. Alvarenga prestou o primeiro atendimento a Luiz Abi a pedido do advogado de defesa do caso, Sérgio Botto de Lacerda", ex-Procurador Geral do Estado.

Advogados dos investiga-

dos negaram a relação dos clientes com Luiz Abi. O promotor do Gaeco, Claudio Esteves, destacou que as outras testemunhas conduzidas ao Gaeco colaboraram com a apuração dos fatos. "Algumas pessoas prestaram informações extremamente relevantes para a investigação. O que nós esperamos é que, no conjunto total das medidas que ainda estão sendo cumpridas, tenhamos um resultado bastante positivo no esclarecimento dos fatos", explicou sem detalhar os fatos.

A Providence Auto Center, com sede em Cambé, foi contratada pelo governo do Estado em caráter emergencial por 180 dias. O montante que seria repassado à empresa é estimado em R\$ 1,5 milhão. Até o momento, a participação de cada um dos investigados e o valor que teria sido superfaturado não foram revelados pelo promotor.

A empresa KLM Brasil Equipamentos Eletrônicos, de propriedade de Luiz Abi e Roberto Tsuneda, é vizinha à Providence Auto Center. A relação entre as duas empresas não foi detalhada pelo Gaeco. No mesmo endereço da KLM Brasil Equipamentos Eletrônicos funcionam a KLM Brasil Empreendimentos Imobiliários e a KLM Brasil Indústria Eletrônica. Nesta última, os sócios são parentes de Luiz Abi e a esposa de-

le, Eloiza Abi, é a representante legal de um dos adolescentes que faz parte da sociedade. Após a divulgação dos fatos, Eloiza Abi, que é servidora de carreira na Sercomtel e atual vice-presidente da empresa, decidiu se licenciar do cargo por dez dias sem remuneração.

Além dos quatro presos, o empresário do setor de combustíveis, Paulo Roberto Midauar, detido em São Paulo, é esperado até a tarde de hoje na sede do Gaeco. O advogado dele, Maurício Carneiro, apresentou um pedido para que Midauar possa ser encaminhado ao quartel do Corpo de Bombeiros, onde permanecem presos Luiz Abi e José Carlos Lucca. Os outros dois detidos estão na Penitenciária Estadual de Londrina. O diretor do Departamento de Transporte Oficial, Ernani Delicato, é considerado foragido.

FRAUDE

A promotoria de Defesa do Patrimônio Público dá continuidade às investigações relacionadas a suspeita de corrupção na Receita Estadual. Conforme o promotor Renato de Lima Castro, uma denúncia anônima levou o Ministério Público a investigar a venda de dois imóveis de propriedade do auditor fiscal afastado Orlando Aranda, que segue preso na PEL 2.

66

Algumas pessoas prestaram informações extremamente relevantes para a investigação"

19 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Caso Vanda Pepiliasco será julgado hoje

Artista plástica, acusada de matar a empregada doméstica, vai a júri popular 22 após crime que chocou a cidade

Antoniele Luciano

Reportagem Local

Londrina – Quase 22 anos depois de um dos crimes de maior repercussão em Londrina, a artista plástica Vanda de Souza Pepiliasco irá hoje a júri popular. Ela é acusada de ter matado a empregada doméstica Cleonice Fátima Rosa, em julho de 1993. A vítima foi encontrada morta dentro do apartamento de Vanda, na Rua Goiás, centro da cidade. Cleonice havia sido degolada. Na época, cabelos que seriam de Vanda, conforme resultado de um exame de DNA, teriam sido encontrados pela perícia nas mãos da doméstica.

O julgamento está marcado para começar às 8h30m, na sala do júri do Fórum de Justiça. O promotor Ronaldo Costa, da 1ª Vara Criminal, será responsável pela acusação e terá como assistente o advogado Mauro Vioto. Ele explica que esta é a primeira vez que Vanda é levada a júri pelo caso, que corre o risco de prescrever em breve. O processo teria se arrastado ao longo das décadas por conta de recursos impetrados pela defesa. A sentença de pronúncia de Vanda, determinação do juiz para que o caso seja julgado pelo Tribunal do Júri, foi anulada pelo menos três vezes ao longo deste período.

“Agora, esperamos que este júri aconteça. Vamos sustentar a condenação dela em plenário. Apesar do tempo ter decorrido desde o crime, a morte não se apaga”, diz o promotor de Justiça. Ele assinala que a acusação deve trabalhar para que Vanda seja condenada pela participação no crime.

Residente em Cuiabá, no Mato Grosso, Vanda não teria sido intimada via oficial de justiça, mas por edital, observa o advogado Walter Bittar. Ele está à frente da defesa da artista plástica há aproximadamente quatro meses. Conforme ele, se o júri realmente ocorrer hoje, o julgamento será sem a ré, porém não à revelia. “A defesa dela estará representada”, garante.

Ele comenta que, apesar da intimação de Vanda e do agendamento do julgamento, havia ainda a possibilidade de o júri não se concretizar hoje, em razão de uma série de questões, como intimações que não teriam sido confirmadas. Bittar não quis comentar sua linha de defesa.

19 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Proposta aumenta sobrevida do fundo previdenciário

Esboço do novo projeto da ParanaPrevidência
prevê migração de inativos
com mais de 73 anos, o que diminuirá o
aporte mensal do Executivo

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O governo do Paraná apresentou aos deputados estaduais ontem, em reunião fechada no Salão Nobre da Assembleia Legislativa (AL), o esboço do novo anteprojeto de lei da ParanáPrevidência. Ao contrário do texto original, que previa a unificação dos dois fundos – o financeiro, bancado pelo Estado, e o previdenciário, que é superavitário –, a ideia é migrar os inativos com 73 anos ou mais do primeiro para o segundo grupo. Além dos parlamentares, participaram do encontro o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, a secretária da Administração, Dinorah Nogar, a presidente da ParanáPrevidência, Suely Hass, e técnicos da área.

De acordo com o líder do governo na AL, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), a faixa etária estipulada engloba 33,5 mil servidores inativos, de todos os poderes. Com a reformulação, o Executivo diz que deixará de usar R\$ 142,5 milhões do caixa para o pagamento de benefícios previdenciários. Deste recurso, R\$ 125 milhões se referem a débitos quitados pela própria

administração e o restante é de responsabilidade dos demais poderes. “A proposta tem dois pressupostos fundamentais. Primeiro: o sistema previdenciário permanece como está. Ao mesmo tempo, vai ser feito um novo corte de massa. Assim, a insuficiência do fundo financeiro, que hoje é da ordem de R\$ 350 milhões, será reduzida”, explicou.

A primeira mensagem sobre o tema foi retirada de pauta no dia 12 de fevereiro, quando professores e outros servidores públicos ocuparam o pátio da AL. A maior crítica era de que a gestão do governador Beto Richa (PSDB) ficaria livre para utilizar as verbas acumuladas no fundo previdenciário, na ordem de R\$ 8 bilhões, para pagar os aposentados, aliviando assim suas contas. A diferença agora é que, ao invés de consumir a reserva em pouco menos de três anos, a medida garantiria a sustentabilidade do sistema por 29 anos.

Apesar de ver com bons olhos a ampliação do debate, a oposição criticou a forma como se deu a apresentação dos dados. Conforme o líder da bancada, Tadeu Veneri (PT), os assessores e técnicos

dos partidos foram impedidos de participar. Ele também mencionou o fato de não ter recebido nenhum documento, que possa ser estudado com profundidade. “Trabalhamos apenas com o que vemos e ouvimos.” Para o líder do PT, Professor Lemos, a análise preliminar já preocupa. Na opinião do petista, com a chamada segregação de massas, que é a migração dos servidores mais velhos, o governo vai diminuir as despesas do fundo financeiro, mas jogando a conta para os servidores. “Isso, evidentemente, em algum momento fará falta.”

O texto voltará a ser discutido hoje em duas reuniões. A primeira, às 9 horas, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que reúne entidades patronais e de classe, acontece no Palácio Iguazu. Depois, às 14 horas, no Palácio das Araucárias, quem se reúne com a cúpula do governo são os integrantes do Fórum dos Servidores Públicos. Romanelli garantiu que a mensagem só voltará ao Legislativo no dia 31 de março, começando a tramitar, em regime de urgência, em abril.

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

19 MAR 2015

Memória de acadêmico de Direito

Na Constituição Brasileira está dito que todo cidadão tem “direito de ir e vir”, mas, como diria meu saudoso professor de Direito Constitucional, Aurélio Feijó, que foi juiz em Rolândia nos anos 60, “a Constituição foi uma ‘leizinha’ que fizeram e que nunca pegou, isto é, quase sempre é desobedecida”. Isso naqueles tempos. Hoje, lamentavelmente, continua a mesma coisa.

☹☹ Por exemplo, também, a Constituição de 1988, teve itens que só foram regulamentados em 1994, mas o CNJ, passando por cima do texto original, voltou a utilizar só o texto de 1988.

☹☹ E me lembro também do professor Ivan Luz, que disse em uma aula que “o mais perverso no Direito é o ônus da prova”. Passaram-se os anos e parece que a situação continua a mesma coisa, afirmam alguns advogados. Ele foi meu professor de Direito Constitucional, na Faculdade Estadual, foi para Brasília e não mais voltou para Londrina.

☹☹ Me perguntaram, recentemente, se fui aluno do saudoso professor Nely Lopes Casali. Não fui, pois fomos contemporâneos de faculdade. Quando entrei no primeiro ano, ele passou para o terceiro. Nely foi um aluno brilhante. Já era agrônomo da Secretaria de Agricultura do Paraná. E coincidentemente almoçávamos e jantávamos no Franz Hotel, e ele me dava carona em seu jipe até o Hugo Simas.

☹☹ O primeiro presidente do Centro Acadêmico Sete de Março, do curso de Direito, foi o jornalista Nilson Rímoli, da primeira turma (1958, colega de Nely), e que era redator-chefe da FOLHA.

☹☹ Aliás, minha turma do curso de Direito (no estimadíssimo Hugo Simas) fez agora 50 anos de formatura, que aconteceu em fevereiro de 1965, no saudoso Cine Augustus. Os professores homenageados foram Pedro Barry e Moacir Martins. Mas tivemos outros ótimos professores, e só para citar alguns, como Aristeu dos Santos Ribas, Ocian França, Edgar Ribeiro de Menezes, Hércules de Macedo Rocha, Eudes Brandão, Mário Borges Maciel, o ex-prefeito Milton Ribeiro de Menezes, Diáoli Lopes Busse e Dom. Geraldo Fernandes.

OPINIÃO DO LEITOR

Menore e a delinquência

É voz corrente por todos os quadrantes da nação sobre reduzir os limites de idade para efeito de responsabilidade penal. Quanto mais se fala, mais se caminha apenas e tão-somente na retórica. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor no País há mais de duas décadas, encontra-se arcaico. Seus dispositivos benevolentes se constituem em expressão infeliz de um instituto esdrúxulo que nos legou o poder. Ao instituí-la, o legislador deu incrível salto para trás, qual aloprado e saltimbanco, tantas foram as benesses inseridas, como conceder alforria ou alvará para o adolescente usufruir da prática criminosa sob o manto da impunidade. Olvidou o legislador de que o mal do protegido é o protetor. A rigor, o ECA foi criado para proteção da função social, ou seja, o menor desamparado. Na aplicação prática, no entanto, está havendo desvio de finalidade, com patrocínio de menores cruéis, verdadeiros lobos com vestimentas de ovelhas na prática delituosa sob o manto e proteção da lei em detrimento da sociedade como um todo, massacrada, insegura e renhida, só lhe restando prantear suas vítimas.

ANTONIO FRANCISCO DA SILVA (advogado) - Ibiporã

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça determina o bloqueio preventivo de bens do deputado Alexandre Curi

Outras 5 pessoas também tiveram suas contas “congeladas” para garantir possível ressarcimento por irregularidades em licitação na Alep

| *Katna Baran*

A Justiça estadual do Paraná autorizou, na última sexta-feira (13), o bloqueio de bens do deputado Alexandre Curi (PMDB), do ex-diretor da Assembleia Abib Miguel (o Bibinho), do jornalista Fábio Campana, de sua editora Cabeza de Vaca, e de outras três pessoas, para garantir o ressarcimento dos cofres públicos caso se comprove a acusação de improbidade administrativa que pesa contra eles.

Entre 2005 e 2009, Campana venceu processos licitatórios na modalidade carta-convite para prestar serviços de publicidade para a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). As licitações foram autorizadas por Bibi-

nho e os pagamentos eram assinados por Curi, que ocupava o cargo de primeiro-secretário da Casa na época. Porém, como Campana era servidor da Assembleia — de onde se afastou só em 2013 —, não poderia ter participado da licitação.

Além disso, conforme o Ministério Público, o caráter do trabalho desenvolvido pelo jornalista era de mero enaltecimento dos deputados, e não de informar a população. Mesmo com o bloqueio de bens dos acusados, que incluem dinheiro e carros, o saldo não é suficiente para ressarcir os cofres públicos. O MP quer que eles devolvam dinheiro e paguem multas de R\$ 1,3 milhão. A conta bancária de Curi, por exemplo, foi encontrada zerada.

Abusivo

Ao telejornal Paraná TV 2.ª edição, da RPC, o advogado de Campana considerou o bloqueio de bens abusivo e desnecessário e disse que vai recorrer da decisão. O deputado Curi disse que vai provar sua inocência, e o advogado de Bibinho preferiu não comentar a situação.

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justus escondeu fantasmas por meio de fraude, diz MP

R\$ 300 MIL

teriam sido desviados pelo deputado Nelson Justus de contas de dois funcionários comissionados da Assembleia Legislativa que nunca trabalharam na Casa.

De acordo com a denúncia do Ministério Público (MP) proposta contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM) e mais 31 pessoas no mês passado, o parlamentar teria desviado mais de R\$ 300 mil das contas de dois funcionários comissionados enquanto ocupava o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, entre 2007 e 2010. Conforme o MP, César e Dóris Tozetto recebiam, cada um, R\$ 10 mil por mês, mas nunca prestaram qualquer tipo de serviço na Casa ou para o deputado, ou seja, eram funcionários fantasmas.

A denúncia foi divulgada nesta quarta-feira (18) no telejornal ParanáTV, da RPC.

O envolvimento do casal no esquema só foi descoberto em 2009, quando os dois foram presos acusados de integrar uma quadrilha que fazia a extração ilegal de palmito no Litoral do Paraná. César e Dóris eram empregados de uma empresa que pertencia a José Ananias dos Santos, que já foi prefeito de Guaratuba e que também chegou a ser preso na época, apontado como chefe da quadrilha de exploração de palmito. Ananias, segundo o MP, integrava a base de apoio de Justus no Litoral.

A denúncia do MP aponta ainda que Justus tentou enganar a Polícia Federal falsificando portarias de transferências dos servidores da presidência para o gabinete dele, já que sabia que os funcionários do comando da Casa não poderiam ocupar cargos fora da sede da Assembleia. Uma das portarias foi publicada em 19 de dezembro de 2008, feriado estadual no Paraná. Outro documento é de 3 de junho, mas tem o mesmo número de uma portaria que tratava de assunto diferente. Assim, o MP identificou crime de falsidade ideológica praticado por Justus.

O ParanáTV tentou contato com José Ananias dos Santos e com o advogado de Justus. Mas eles não atenderam às ligações. (KB)

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» FRAUDE DE LICITAÇÃO

Advogado do primo de Richa trabalha para o líder do governo na Alep

Marcello Panizzi diz que conhece Luiz Abi “do governo”. Palácio Iguazu tem negado que o parente de Beto tenha influência no Executivo

LONDRINA E CURITIBA

Fábio Silveira, do Jornal de Londrina, e Euclides Lucas Garcia

¶ O advogado do empresário Luiz Abi Antoun, primo do governador Beto Richa preso em Londrina, ocupou cargos no Executivo do estado e trabalha atualmente na liderança do governo na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O advogado, Marcello Alvarenga Panizzi, compareceu nesta quarta-feira (18) ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para acompanhar depoimento de Abi, que é acusado de fraudar licitação de R\$ 1,5 milhão para o conserto de carros do governo do Paraná.

Panizzi disse estar licenciado do trabalho no gabinete da liderança. Mas, até esta

quarta, não havia sido publicado nenhum ato confirmando exoneração ou licença dele das funções.

O deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), líder do governo na Assembleia, disse que o fato do seu funcionário advogar para o primo do governador não significa que haja relação institucional entre Abi e o governo. Mais tarde, Romanelli emitiu nota informando que Panizzi exerce a função de assessor jurídico de plenário, o que não gera incompatibilidade legal no exercício da advocacia privada. Segundo a nota, Panizzi prestou o primeiro atendimento a Luiz Abi a pedido do advogado de defesa do caso, Sérgio Botto de Lacerda — que é procurador do estado lotado na coordenadoria de recursos e ações rescisórias. No governo de Requião, Botto foi procurador-geral do estado.

O líder do governo ainda informou que os dois dias em que Panizzi prestou serviços fora da Assembleia serão descontados de seu salário. De acordo com o site da Transparência da Assembleia, Panizzi

recebe salário bruto de R\$ 12.083,34 — o valor líquido é de R\$ 9.891,31.

“Do governo”

Em seu depoimento ao Gaeco, Abi permaneceu em silêncio. Acabou sendo o seu advogado quem deu a principal informação do dia. Questionado sobre de onde conhecia Abi, Panizzi respondeu: “do governo”. O governo tem negado que Abi tenha influência na administração. Apesar de não ter cargo formal, o primo de Beto Richa é considerado “influyente”.

Silêncio

Assim como Abi, Ismael Ieger, dono da oficina Providence, e Roberto Tsuneda, sócio do empresário na KLM Brasil, também permaneceram em silêncio nos seus depoimentos desta quarta ao Gaeco. As duas empresas são investigadas por suposta participação na fraude da licitação para contratar o serviço de manutenção de veículos oficiais na região de Londrina.

CONTINUA

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CURITIBA

Demissão do chefe da Receita é publicada após oposição dizer que Abi indicou ao cargo

Um dia antes de o deputado Requião Filho (PMDB) acusar Luiz Abi de ter influência suficiente no governo do estado para indicar nomes para vários cargos, entre eles o de delegado da Receita Estadual em Curitiba, o Executivo exonerou o atual ocupante da vaga. Conforme Diário Oficial publicado nesta quarta-feira (18), Roberto Pizzatto foi exonerado do comando do órgão na segunda-feira (16).

Na terça-feira (17), dia seguinte à prisão de Abi, Requião usou a tribuna da Assembleia Legislativa para afirmar que o primo do governador Beto Richa (PSDB) tem um "poder enorme" no governo. Como exemplo, o vice-líder da oposição questionou se Abi não seria o "lastro político" que impedia o desmonte do suposto esquema de corrupção envolvendo auditores da Delegacia da Receita Estadual em Londrina. Ao *Journal de Londrina*, o ex-secretário da Fazenda Luiz Carlos Hauly disse que a equipe técnica que montou à frente da pasta, entre 2011 e 2013, "teve que conviver com a política".

No momento, Requião Filho tenta coletar as 18 assinaturas necessárias para instalar na Assembleia uma CPI para investigar o caso. Por enquanto, porém, a oposição tem apenas sete apoios. Nenhum representante da Secretaria da Fazenda foi encontrado para explicar os motivos da exoneração de Roberto Pizzatto. (ELG)

CONTINUA

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Outro preso quer ter o mesmo 'privilégio' de Abi

O tratamento privilegiado dispensado ao empresário Luiz Abi Antoun, "primo" do governador Beto (PSDB), preso desde segunda-feira (16), começa a provocar polêmica. Abi (que é parente distante de Richa) foi transferido na terça-feira da Penitenciário Estadual de Londrina (PEL) para o Corpo de Bombeiros, sob a alegação de que "a fragilidade do sistema" da penitenciária "colocaria em risco a segurança do preso".

O direito de ficar preso em sala de Estado Maior é exclusivo para advogados e não é esse o caso de Abi. Portadores de diploma de curso superior têm direito a cela especial enquanto são presos provisórios (que ainda estão respondendo a processos). Na ausência de uma sala de Estado Maior em condições de receber presos, Abi foi transferido para o Corpo de Bombeiros.

Quem está pedindo "isonomia" com Abi é o advo-

gado Maurício Carneiro, que defende o empresário Paulo Roberto Midauar. Nesta quarta-feira (18), ele protocolou no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e na Vara de Execuções Penais um pedido para que seu cliente recebesse o mesmo tratamento dispensado a Abi. Midauar é formado em Engenharia. "Ele tem curso superior", justificou Carneiro.

Dono de postos de combustíveis na região de Bandeirantes, Midauar foi preso em São Paulo e estava sendo trazido para Londrina no final da tarde desta quarta. O advogado negou que seu cliente tenha fugido. "Ele estava trabalhando", afirmou.

O ex-diretor do Departamento de Transportes (Deto), órgão da Secretaria Estadual de Administração, Ernani Delicato, não se apresentou ao Gaeco. Ele é o sexto homem a ter a prisão preventiva decretada no caso das supostas irregularidades na licitação para o conserto dos carros oficiais. Delicato deixou a diretoria do Deto em fevereiro. (FS)

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Tão longe de mim distante

É visível o desconforto que paira nos gabinetes do Palácio Iguacu depois que assessores muito próximos perceberam que não “colou” (ou pegou muito mal) a desculpa de que Luiz Abi era apenas um “primo distante” de Beto Richa. A desculpa foi inventada depois que os assessores ouviram o verso “tão longe de mim distante” imortalizado na música brasileira por Chiquinha Gonzaga. Parecia-lhes que, com isso, poderiam manter o governador o mais longe possível do episódio da prisão de Luiz Abi por suposto envolvimento em fraude de licitação no estado.

Está um pouco distante no tempo outro episódio que liga Richa a Luiz Abi. Em setembro de 2010 — na esteira do escândalo da “sogra fantasma” — o juiz Douglas Marcel, da 4.ª Vara da Fazenda, aceitou denúncia contra o ex-presidente da Assembleia Legislativa Hermas Brandão por ter nomeado o mesmo distante primo Luiz Abi para um cargo no gabinete do deputado Beto Richa.

Na distante data de 19 de setembro de 2010 esta coluna registrou a irregularidade, que consistia no fato de, quando da nomeação, Beto já não ser mais deputado e seu gabinete também não existir. Portanto, ele, já então prefeito, “não sabia de nada”.

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Cavalaria1

"Foi muita cavalice", definiu um sócio do Jockey Club do Paraná ao se referir ao frustrado processo eleitoral para escolha da nova diretoria do clube. Duas chapas concorriam à eleição – uma, de situação, presidida por Cresus Camargo Filho (sobrinho do ex-presidente do TJ desembargador Clayton Camargo), e outra opositorista que protesta contra o fato de atual diretoria ter, talvez propositadamente, perdido a carta patente que permitiria ao Jockey manter as corridas dominicais. Há mais de seis meses não há mais cavalos nas pistas e apostas nos guichês.

Cavalaria2

No dia da eleição, sexta-feira passada, cédulas falsas que favoreciam a situação foram flagradas por um membro da chapa de oposição, o advogado Cid Campêlo Filho. Armado o escândalo, já que outros eleitores da fila também portavam cédulas grosseiramente fabricadas, tornou-se necessária a intervenção de uma tropa da Polícia Militar para conter os

ânimos. As urnas foram recolhidas às pressas e a eleição, cancelada. A atual diretoria termina seu mandato no próximo dia 31 e, se não for nomeada pela Justiça uma junta interventora para colocar ordem na casa e convocar novo pleito, o Jockey ficará acéfalo.

Cavalaria3

O pano de fundo da briga entre as duas alas é a venda de 300 mil metros quadrados da área do Jockey, que originalmente detinha 900 mil metros, numa das mais valorizadas regiões da cidade – a confluência entre a Linha Verde e a avenida Victor do Amaral, no Tarumã. Os compradores lutavam há cinco anos para obter alvará para construção de um shopping em sociedade com o próprio clube. O alvará saiu na semana passada e a atual diretoria até promoveu jantar de gala para comemorar o feito. O temor é que esse tenha sido o primeiro passo para a extinção do centenário clube.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Sobrou para ele

19 MAR 2015



Foram necessários quase 50 dias para que a Assembleia Legislativa do Paraná escolhesse o seu corregedor: deputado **Missionário Ricardo Arruda (PSC, foto)**. E a eleição para o cargo só foi realizada diante da pressão gerada pela divulgação do teor da denúncia criminal enviada pelo Ministério Público ao Tribunal de Justiça contra Nelson Justus (DEM). Era nítido que nenhum deputado queria ocupar a incômoda cadeira. Assim que a votação foi concluída, os colegas cumprimentaram Arruda com um sorriso amarelo no rosto e irônicos votos de "Parabéns!".

Depoimento

O ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque vai depor na manhã desta quinta-feira (19) na CPI da Petrobras, em Brasília. A oitiva foi autorizada pelo juiz federal Sergio Moro, já que o ex-diretor está preso desde segunda-feira (16) em Curitiba em razão da Operação Lava Jato. Ele será escoltado pela Polícia Federal e poderá ficar em silêncio perante os parlamentares. Na segunda-feira (23), Duque deverá prestar depoimento à Polícia Federal em Curitiba, onde está preso.

Piada

O vice-presidente da Engevix, Gerson Almada, preso na Operação Lava Jato, pediu para que seu interrogatório perante o juiz federal Sergio Moro, na Justiça Federal de Curitiba, fosse adiado. O motivo é que o executivo gostaria de colaborar com as investigações, mas não tem informações que valham firmar um acordo de delação premiada. Na audiência que ocorreu na terça-feira (17) para sua oitiva, Almada parecia estar tranquilo demais e chegou até a fazer piada. Quando o juiz federal Sergio Moro listou alguns contratos da Engevix pelos quais foram pagas vantagens indevidas e perguntou se estava faltando algum, o executivo respondeu aos risos: "Desculpe excelência, eu até pedi para levantar [os contratos com propina], mas meu advogado falhou". E ainda cutucou o advogado. "Me deixou em problema, hein, doutor", brincou Almada.

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Governo apresenta novo plano para a previdência estadual

Inclides Lucas Garcia

O governo do estado já definiu como irá reestruturar o plano de custeio da Paranáprevidência. A ideia é devolver ao Fundo Previdenciário os inativos com mais de 73 anos e, assim, gerar uma economia mensal de cerca de R\$ 120 milhões ao caixa do Executivo. A proposta foi apresentada nesta quarta-feira (18) aos deputados estaduais e, nesta quinta-feira (19), será levada aos servidores e ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná. O objetivo do Palácio Iguaçu é aprovar o projeto até meados do mês que vem.

Desde a invasão da Assembleia Legislativa, há pouco mais de um mês, o governo estudou outra alternativa para resolver a questão das aposentadorias e pensões que não seja a unificação dos fundos Previdenciário e Financeiro, prevista originalmente no “pacotão” enviado ao Legislativo. Dentro do Executivo, é unanimidade que foi um erro a lei que remodelou a previdência estadual a partir de 2013.

Com a mudança, 60 mil servidores migraram do Fundo Previdenciário para o Financeiro sem levar junto a reserva matemática construída a partir das suas contribuições. Como resultado, o montante aportado pelo Tesouro para a previdência subiu R\$ 3,6 bilhões em 2013, R\$ 4,1 bilhões em 2014 e deveria chegar neste ano a R\$ 4,5 bilhões.

Agora, os inativos com mais de 73 anos voltarão a ser pagos pelo Fundo Previdenciário. A alteração daria um alívio imediato de caixa de R\$ 120 milhões mensais ao Executivo e de R\$ 30 milhões aos outros poderes, na medida em que haveria redução do aportes. Além disso, o fundo não seria muito onerado, uma vez que a expectativa de sobrevivência desses aposentados é considerada pequena. Nesse novo modelo, o governo dá 29 anos de sobrevivência ao Fundo Previdenciário.

Além disso, o Executivo irá criar, por decreto, uma comissão paritária com representantes dos servidores para discutir a criação de um regime de previdência complementar. O novo sistema irá fixar o teto do INSS (R\$ 4.663,75) como máximo para as aposentadorias do funcionalismo. A regra valerá apenas para quem ingressar no serviço público após a vigência da lei.

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

O novo Código de Processo Civil

ARTIGO

GEROLDO AUGUSTO HAUER, sócio-fundador, G.A. Hauer Advogados Associados (geroldo@gahauer.com.br). Colaboração: Pedro Schnirmann, G.A. Hauer Advogados Associados

Enfim, a presidente Dilma Rousseff sancionou, nesta segunda-feira, dia 16 de março de 2015, o texto do novo Código de Processo Civil (CPC), aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro do ano passado. O novo regramento substituirá o atual Código, vigente desde o ano de 1973, e atenderá as expectativas de toda a sociedade (e não só dos juristas), pois tem como foco dar maior efetividade ao princípio constitucional da razoável duração dos processos civis.

Dentre as inúmeras modificações introduzidas no sistema processual, destacam-se os seguintes temas:

Solução de conflitos por meio da mediação e da conciliação: o CPC pretende estimular a conciliação entre as partes, possibilitando a prévia designação de audiência de conciliação ou de mediação, antes mesmo de a parte demandada apresentar sua defesa. Para

tanto, o CPC prevê a criação de centros com profissionais especializados;

Força da jurisprudência: da mesma forma como ocorre com as súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal, as decisões dos plenários dos tribunais deverão ser necessariamente seguidas pelos juízes de primeira instância;

Limitação de recursos: no intuito de evitar a postergação da solução do processo, o novo CPC extingue alguns recursos e limita outros, sobretudo na primeira instância, além de encarecer a fase recursal, com fixação de custas e honorários por instância;

Julgamento por ordem cronológica: ressalvados os atos urgentes e as preferências legais, os processos serão julgados por ordem cronológica (o que não ocorre hoje). Para controle e consulta pública, deverão ser colocadas à disposição listas com as relações dos processos;

Reflexos nas empresas: o novo Código define os procedimentos necessários para se chegar à desconsideração da personalidade jurídica das sociedades, instituto recente; criado pela jurisprudência e ainda sem previsão legal específica quanto ao seu rito;

Intervenção judicial: não en-

trou no texto final a regra que atribuía aos juízes poder para determinar a intervenção judicial nas empresas, para fazer valer sentença transitada em julgado;

Reintegração de posse: em litígios coletivos quanto à posse de imóveis ocupados por mais de 12 meses, o novo CPC permite a reintegração de posse somente após a realização de audiência pública para ouvir os envolvidos;

Pensão alimentícia: após a intimação pessoal acerca da decisão judicial e não realizado o pagamento da prestação alimentícia, o CPC prevê a prisão civil em regime fechado e em cela separada, pelo prazo de um a três meses;

Recesso de fim de ano: pleito da Ordem dos Advogados do Brasil. Os processos ficarão suspensos entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro. Porém, os órgãos jurisdicionais deverão funcionar no período;

Vigência: o novo CPC passará a vigorar no dia 17 de março de 2016, isto é, um ano após a sua publicação oficial.

Em primeira análise, o rito do novo processo civil realmente será mais eficaz e célere, com uma expectativa de redução da duração dos processos em uma média de 50%, permitindo uma resposta judicial em prazo razoável.

Torçemos para que essas alterações realmente organizem o direito processual brasileiro e criem um ambiente de segurança jurídica e confiança no Poder Judiciário.

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça manda soltar acusados da morte de cinegrafista

▀ A Justiça do Rio autorizou na quarta-feira (18) que os acusados da morte do cinegrafista Santiago Andrade, durante protesto no centro do Rio, em fevereiro de 2014, sejam soltos e monitorados por meio eletrônico, com uso de tornozeleiras. Caio Silva de Souza e Fábio Raposo não poderão participar de manifestações nem ficar na rua à noite, entre outras medidas cautelares. A liberdade dos dois ativistas será possível porque o Tribunal de Justiça (TJ) atendeu recurso da defesa e desclassificou o crime de homicídio triplamente qualificado. Foi mantida a acusação de explosão seguida de morte, com pena que pode chegar a oito anos de prisão. Caio e Fábio aguardarão o julgamento em liberdade.

O recurso foi julgado na quarta-feira na 8.ª Câmara Criminal do Rio. Dois desembargadores votaram a favor do pedido da defesa e apenas o relator votou pela manutenção do crime de homicídio tipicamente qualificado (motivo torpe, impossibilidade de defesa da vítima e uso de explosivo), apontado pelo Ministério Público.

O advogado de Caio, Antonio Melchior, disse que a decisão do TJ não significa impunidade. "A acusação de homicídio triplamente qualificado era excessiva e até abusiva. Eles reconhecem que um erro grave foi cometido e vão responder por isso. Mas o que foi apurado até agora foi explosão seguida de morte. Caio e Fábio estão presos no Complexo de Gericinó, no Rio.

SUPREMO Oposição refaz pedido para que a presidente seja investigada

▀ Líderes da oposição entraram novamente no Supremo Tribunal Federal (STF), nesta quarta-feira (18), com pedido para que a presidente Dilma Rousseff seja investigada pela Operação Lava Jato. Desta vez, em audiência com o ministro Teori Zavascki, o PPS, PSDB e DEM pediram que a questão seja analisada pelo plenário da Corte. Na terça-feira (17), Zavascki, responsável pela Lava Jato no STF, arquivou o primeiro pedido, por entender que a petição do PPS não indicou um representante legal para que o documento tivesse validade.

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Motorista de ônibus respondia por homicídio culposo

Catarina Scortecci,
especial para a Gazeta do Povo

O motorista de ônibus que despencou no último sábado na Serra Dona Francisca, em Joinville, em Santa Catarina, Cérgio Antônio Costa, também morto no acidente, respondia a dois processos por crimes de trânsito. Um deles por homicídio culposo (quando não há intenção de matar), pelo atropelamento de Size Brittes, de 81 anos, em União da Vitória, no Paraná, onde morava. Em outro processo criminal, que já estava na fase final, Cérgio foi acusado de embriaguez ao volante, na cidade de Porto União (SC).

O atropelamento ocorreu no início da noite de 3 de abril de 2012, quando Cérgio fazia uma manobra na esquina das ruas Costa Carvalho com Santos Dumont, em União da Vitória. De acordo com informações reproduzidas pelo Ministério Público (MP) na denúncia, Cérgio dirigia uma caminhonete Ford quando usou a marcha ré “por um espaço excessivo e desnecessário para a manobra pretendida”, em um local “onde é normal o trânsito de pedestres”. A vítima chegou a ser encaminhada para um hospital, mas não resistiu. Em depoimento à Polícia Civil, Cérgio enfatizou que prestou o devido socorro e que se tratava “de uma fatalidade”.

A denúncia do MP foi recebida em novembro de 2012 pela 2.ª Vara Criminal de União da Vitória, mas não houve sentença. O processo criminal, nas mãos do juiz Emerson Luciano Prado Spak, ainda está em fase de instrução. Agora, deve ser arquivado.

No ano seguinte, em 17 de

dezembro de 2013, Cérgio foi preso por policiais militares por dirigir alcoolizado. O flagrante foi registrado por volta das 4 horas da manhã, no bairro São Francisco, em Porto União. Em janeiro do ano passado, o MP ofereceu denúncia sobre o caso. Ao verificar que ele já respondia por homicídio culposo em outra cidade, o promotor de Justiça Rodrigo Kurth também chegou a pedir a suspensão da CNH de Cérgio, o que foi negado pela Vara Criminal de Porto União. O processo criminal já estava em fase final, e agora também deve ser arquivado.

Os advogados de defesa Felipe Scaramella de Azevedo Cunha e Marcos Danilo Berejuck, que atuam nos dois casos, não retornaram ao pedido de entrevista. A reportagem não conseguiu contato com a família de Cérgio.

Cérgio, de 47 anos, também era o dono da empresa Costa & Mar Turismo, responsável pela viagem. O acidente provocou a morte de 51 pessoas, incluindo um filho de Cérgio. Um inquérito para apurar as causas do acidente e definir responsabilidades foi aberto na Delegacia de Delitos de Trânsito de Joinville.

Ontem, o delegado Brasil Guarani, à frente da investigação sobre o acidente, disse que aguarda três laudos. O laudo da perícia mecânica, realizada nos dois últimos dias, é considerado o mais importante. “Ouvimos relatos sobre alta velocidade, problema no freio. Mas só posso me posicionar a partir da perícia”, reforçou Guarani. O delegado tem 30 dias para concluir o inquérito, mas ele não descarta prorrogar os trabalhos, “diante da complexidade do acidente”.

Dos oito sobreviventes do acidente, seis ainda permanecem internados em hospitais de Joinville, incluindo uma criança de um ano e 9 meses, em estado grave.

MP investigará empresas de União da Vitória

Antonio Senkovski

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) vai investigar as empresas de turismo da comarca de União da Vitória. A intenção do órgão é verificar se as companhias estão atuando de acordo com a legislação estadual e federal. No Paraná, o órgão responsável por fiscalizar as organizações de transporte é o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER). Nas empresas com atuação nacional e internacional, a fiscalização é da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A medida foi tomada após o acidente com o ônibus da empresa Costa e Mar, de União da Vitória. O veículo estava no km 89 da rodovia SC-418, em um trecho conhecido como Serra Dona Francisca, quando despencou uma ribanceira de cerca de 400 metros. Ao todo, 51 pessoas morreram e oito ficaram feridas. O inquérito da parte criminal, que investiga as possíveis causas da tragédia, é conduzido pela Delegacia de Delitos de Trânsito de Joinville, em Santa Catarina. Na Delegacia de Umarama está sediado um inquérito com objetivo de apurar a esfera cível do caso — embora possa contribuir com a parte criminal a pedido do estado vizinho.

CONTINUA

19 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O promotor do MP-PR em União da Vitória, André Luiz Bortolini, informou que o órgão também deve abrir um procedimento para a investigação da esfera cível envolvida na tragédia. “Estamos instaurando uma investigação de hoje [quarta] para amanhã [quinta] para buscar eventual responsabilidade da empresa para danos aos consumidores. Dependendo do que ficar comprovado, frise-se, há possibilidade de que se gere indenização para os familiares dos envolvidos.”

STJ: celulares com defeito devem ser entregues para assistência técnica

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu na terça-feira que os consumidores deverão recorrer aos postos de assistência técnica da fabricante do aparelho celular que apresente defeito dentro do prazo legal de garantia e exigir conserto em tempo hábil. Nos municípios onde o serviço de reparação especializada não estiver disponível, a assistência deve ser dada pela loja que vendeu o aparelho.

A decisão foi tomada durante julgamento de recurso da operadora TIM. De acordo com a decisão, as lojas físicas da operadora só serão obrigadas a receber telefones com problemas nas localidades onde não há assistência técnica. Para o STJ, esse entendimento reduz a demora na reparação do produto com defeito e também os custos para o consumidor.

Em seu voto, o relator, ministro Marco Aurélio Bellizze, destacou que a assistência técnica tem a finalidade de corrigir os vícios de produtos comercializados. Por essa razão, havendo o serviço na mesma localidade do estabelecimento comercial, quem deve se responsabilizar pelo conserto é a assistência técnica.

Uma decisão de primeira instância tinha decidido que a TIM tinha que receber os aparelhos com defeito, além de pagar multa e indenização aos consumidores.

Petistas entram com representação no CNJ contra Gilmar Mendes

Os deputados federais Jorge Solla (PT-BA) e Henrique Fontana (PT-RS) entraram ontem com representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o ministro Gilmar Mendes, do

Supremo Tribunal Federal (STF). Os parlamentares alegam que Mendes deve responder a processo administrativo pela demora na conclusão do voto sobre o fim de doações de empresas privadas para campanhas políticas.

Segundo os parlamentares, o processo judicial deve seguir um prazo razoável para ser julgado. "Constata-se que o excesso de prazo identificado na hipótese da [Ação Direta de Inconstitucionalidade] Adin nº 4.650, quanto à formulação do voto do representado, encontra-se injustificável, pelo que necessária se faz a adoção de medidas, por esse Conselho Nacional de Justiça, a fim de dar maior celeridade ao julgamento da ação", alegam os deputados.

19 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça recebe denúncia do MPF/RJ contra auditores da Receita por desvio de R\$ 1 bi

A 2ª Vara Federal de Niterói (RJ) aceitou denúncia do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF/RJ) contra 19 pessoas envolvidas em esquema de corrupção que levou a um prejuízo estimado de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres da Receita Federal do Brasil (RFB), segundo a Corregedoria da Receita Federal. Dentre os acusados estão sete auditores-fiscais que foram afastados de suas funções desde o começo do ano, por decisão

judicial.

O esquema de corrupção foi desmantelado pelo MPF, pela Polícia Federal e pela Receita Federal em mais de dois anos de investigação com escutas telefônicas autorizadas pela Justiça Federal, batizada Operação Alcateia. (Processo nº 0004442-46.2014.4.02.5102) Além de receber suborno milionário para alterar cálculos de alíquota para empresas, entre outras práticas ilícitas, alguns auditores da Re-

ceita Federal também elaboraram impugnação de auto de infração que eles mesmos haviam lavrado anteriormente, sobretudo prestando assessoria às empresas em troca de vantagem ilícita, o que configura violação de dever funcional. A Corregedoria da Receita Federal levantou todas as empresas em Niterói que foram fiscalizadas nos últimos anos pelos auditores-fiscais denunciados pelo MPF. De um grupo de 80 empresas, cerca de 40 estão sendo refiscalizadas.

MURÁ

O MINISTRO E O MESTRE ZAVASCKI

Em tempos de Operação Lava Jato e da grande evidência que assume o ministro Teori Zavascki, do STF, que autoriza ou não a abertura de investigações dos políticos citados pelo MP, me vem à lembrança professor Zavascki, que era um dos terrores dos alunos do Colégio Estadual do Paraná, anos 1950/60. Ele lecionava Latim e, ao que

consta, foi tio do ministro do Supremo que, não por acaso, é também conhecedor do idioma de Ovídio.

Isso em parte se explica: Teori foi seminarista em Chapecó, SC, nos tempos em que a formação de um futuro padre era rigorosa, especialmente no ensino do idioma oficial da Igreja Católica.

19 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

TJ do Rio libera acusados da morte de cinegrafista

Tribunal rejeita acusação de homicídio e ativistas só responderão por explosão em protesto e serão monitorados com tornozeleiras

Luciana Nunes Leal / RIO

A Justiça do Rio autorizou ontem a libertação dos acusados da morte do cinegrafista Santiago Andrade, durante protesto no centro do Rio em fevereiro de 2014. Caio Silva de Souza e Fábio Raposo Barbosa, ambos de 23 anos, serão monitorados por meio eletrônico, com uso de tornozeleiras, não poderão participar de manifestações nem ficar na rua à noite, entre outras medidas cautelares.

A liberdade dos ativistas foi possível porque o Tribunal de Justiça (TJ) do Rio de Janeiro atendeu a recurso da defesa e desclassificou o crime de homicídio triplamente qualificado, com pena de até 30 anos de prisão. Foi mantida a acusação de explosão seguida de morte, em que a punição pode chegar a oito anos de prisão.

O recurso foi julgado ontem pela 8.^a Câmara Criminal do Rio. Os desembargadores Gilmar Augusto Teixeira e Elizabete Alves de Aguiar votaram a favor do pedido da defesa. Só o relator, Marcus Quaresma Ferraz, votou pela manutenção do crime de homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, impossibilidade de defesa da vítima e uso de explosivo), apontado pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro.

No fim da tarde, o Ministério Público informou que ainda não teve acesso à íntegra da decisão e não poderia anunciar que medida tomará.

Se não houver possibilidade de recurso ao TJ, o processo voltará à primeira instância e o Ministério Público terá de formalizar nova acusação, excluído o crime de homicídio.

O advogado de Souza, Antonio Melchior, disse que a decisão dos desembargadores não significa impunidade. “A acusação de homicídio triplamente qualificado era excessiva e até abusiva. Eles reconhecem que um erro grave foi cometido e vão responder por isso. Mas o que foi apurado até agora foi explosão seguida de morte. Não se trata de impunidade, eles reconhecem a gravidade do fato. Eles vão aguardar o julgamento em liberdade, cumprindo uma série de medidas alternativas à prisão”, afirmou.

Souza e Barbosa cumprem prisão preventiva no Complexo de Gericinó, zona oeste do Rio, desde fevereiro do ano passado. O alvará de soltura foi expedido à tarde. Até o início da noite de ontem, eles não tinham sido soltos.

Acusação. O cinegrafista Santiago Andrade, da Rede Bandeirantes, morreu ao ser atingido na cabeça por rojão quando cobria protesto no centro do Rio em fevereiro do ano passado. A acusação do Ministério Público sustentou que Souza e Barbosa atuaram juntos, com divisão de tarefas e intenção de causar tumulto, sem ligar para o risco à vida e a integridade das pessoas em volta. Também apontou a in-

tenção da dupla de direcionar o rojão para a multidão, onde estavam manifestantes e policiais.

Os ativistas respondem a outra ação criminal, em que são acusados de atos violentos em protestos de 2013. A ativista Eliza Quadros, a Sininho, também ré no processo, é considerada foragida da Justiça.

Na ação criminal, segundo o MP, “Barbosa participava das deliberações da Frente Independente Popular”, organização que reuniu 13 entidades para articular os protestos. Barbosa foi cogitado por por um membro do grupo para assumir a função de outro integrante, afirma a denúncia.

19 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Joaquim Barbosa abre empresa de cursos e palestras



Destino. Barbosa oficializa pela 1.ª vez atividade pós-STF

A divulgação foi feita por meio da conta pessoal do Twitter do ex-ministro do Supremo, aposentado desde o ano passado

Talita Fernandes / BRASÍLIA

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, oficializou ontem a criação de uma empresa para oferta de cursos e palestras. A divulgação foi feita por meio da conta pessoal do Twitter do ex-ministro. “Tenho agora um novo meio de contato: o website da minha empresa de palestras e cursos”, escreveu Barbosa no microblog.

Esta é a primeira vez que o ex-ministro oficializa uma atividade a qual vai se dedicar desde que deixou o Supremo, em agosto do ano passado. Na página, que leva as iniciais do ministro JBBG (Joaquim Benedito Barbosa Gomes) são listados alguns temas de palestras e cursos como: Ética e Desenvolvimento; Ética na Política e nos Negócios; Tributação Controle de Constitucionalidade; Estado, Sociedade e Direitos do Cidadão; Lei Anticorrupção: compliance empresarial e Desenvolvimento e Segurança Jurídica.

Notoriedade. Joaquim Barbosa ganhou destaque no imaginário nacional após relatar um dos casos mais emblemáticos já julgados pelo Supremo Tribunal Federal, a ação penal 470, que ficou conhecida como mensalão. A dureza com que conduziu o processo e os votos pela condenação dos réus motivou críticas dos advogados de defesa e elogios da população.

Além de relatar o caso, o ex-ministro presidiu a Corte entre 2012 e 2013. No ano seguinte, Barbosa anunciou que iria se aposentar aos 59 anos, 11 anos antes da idade limite para exercício da atividade de ministro do Supremo, que é de 70 anos. A aposentadoria do ex-ministro, logo após presidir o caso que lhe deu notoriedade em nível nacional, alimentou boatos de que Barbosa iria se filiar a algum partido para concorrer a algum cargo público, mas isso não ocorreu até o momento.

Desde o anúncio de que iria se aposentar, o ex-ministro vinha fazendo certo suspense sobre seu destino. Barbosa chegou a falar reservadamente sobre a possibilidade de ministrar cursos e palestras, mas até então não havia oficializado a criação de uma empresa.

19 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Sônia Racy

Ora, a lei

Para **Eliana Calmon**, que denunciou os “bandidos de toga” quando corregedora do CNJ, o pacote anticorrupção anunciado ontem por **Dilma** “é uma grande enganação”. Por quê? Porque o Brasil “tem uma legislação anticorrupção muito boa”. E o que falta “é sua adequada aplicação”.

Ora, a lei 2

Na terça, em evento em SP, a ministra – que foi candidata do PSB ao Senado pela Bahia – já havia criticado “a visão simplista de juizes” que dão uma liminar “sem pensar nas consequências do seu ato e, aí, arrebentam uma empresa”.

Sem Bíblia

Rodrigo Janot ajuizou no STF ação de inconstitucionalidade contra a norma que torna obrigatória a inclusão da *Bíblia* em bibliotecas e escolas públicas do País. A exigência vigora no Rio, Amazonas, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

A lei, segundo o procurador-geral, “ofende o princípio de laicidade estatal”.

19 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Concurso do STF terá cota de 20% para negros

Talita Fernandes

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, assinou ontem uma resolução que estabelece cotas para negros nos concursos para a Corte e para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A norma prevê reserva de 20% das vagas nos concursos públicos.

O texto é uma regulamentação no Supremo e no CNJ da Lei 12.990, de 2014, que estabeleceu as cotas na administração federal. Durante a solenidade, Lewandowski afirmou que o próximo passo é que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) delibere sobre o assunto para entender a política de reserva de vagas em concursos públicos a todo o Judiciário do País. “O que o Supremo Tribunal Federal faz hoje é um primeiro passo, mas que em breve deverá ser estendido para toda a magistratura”, afirmou.

19 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO Juiz manda 25 a júri por briga com 2 mortos

PRIMEIRO PASSO

Paulo Castilho

PROMOTOR DO JECRIM

'Esse desfecho é fruto de trabalho integrado. Exemplo de como essa integração pode dar bons resultados'

Selvageria ocorreu em março de 2012; dos denunciados, 14 são de organizada corintiana e 11 de torcida palmeirense

Almir Leite

Às vésperas de completar três anos da briga entre torcidas que terminou com a morte de duas pessoas, a Justiça de São Paulo aceitou ontem denúncia e tornou réus 14 integrantes da Gaviões da Fiel e 11 da Mancha Alviverde. O confronto ocorreu em 25 de março de 2012 na Avenida Inajar de Souza, zona norte da capital paulista. Os organizados se atacaram com paus, pedras e barras de ferro e os palmeirenses André Alves Lezo e Guilherme Vinicius Jovaneli Moreira morreram.

Os corintianos vão a júri popular por duplo homicídio qualificado, com motivo torpe (artigo 121 do Código Penal) e formação de quadrilha (artigo 288). A denúncia contra os palmeirenses é apenas por formação de quadrilha.

Entre os denunciados pelo juiz Paulo de Abreu Lorenzino, da 2.ª Vara do Júri do Fórum Regional de Santana, estão Alex Sandro Gomes, nomeado em 12 de fevereiro secretário parlamentar por Andrés Sanchez, deputado federal pelo PT-SP, e Tiago Alves Lezo, irmão de André Lezo, morto no confronto.

Também vão a júri o atual presidente da Gaviões da Fiel, Wagner da Costa, o "B.O.", os ex-presidentes Douglas Deungaro, o "Metaleiro", e Antonio Alan Silva Souza, o "Donizete", além de Rodrigo de Azevedo Lopes Fonseca, o "Diguinho", que concorrerá à presidência na eleição marcada para sábado.

O promotor do Juizado Especial Criminal (Jecrim), Paulo Castilho, que tem liderado trabalho para que o combate à violência no futebol seja tratado como política de Estado – estão em discussão medidas para que o Juizado do Torcedor seja estruturado de maneira que passe a atuar de maneira efetiva –, entende a denúncia como um primeiro passo nessa direção.

"Esse desfecho é fruto de um trabalho integrado. A delegada Margareth Barreto (*da Decradi, Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância*) fez um trabalho de investigação que permitiu ao Ministério Público fazer denúncia consistente."

Castilho acrescenta que o juiz Ulisses Pascolatti (do Jecrim) tem boa relação com seu colega Paulo Lorenzino e, como especialista nessas situações de violência entre torcedores, pôde alertá-lo sobre a necessidade de dar uma resposta positiva à sociedade. "Esse é um exemplo de como a integração pode dar bons resultados."

Em seu parecer, o juiz Paulo de Abreu Lorenzino conclui que "os fatos imputados a todos os denunciados são de ex-

trema gravidade, sendo desnecessária qualquer maior fundamentação. Tratou-se de mais um dos diversos e infelizes casos envolvendo briga entre fanáticos torcedores que, ao que se verifica, se interessam mais pela violência pré ou pós-jogos do que pelo esporte".

Vingança. O confronto foi marcado pelas redes sociais e a investigação concluiu que os corintianos passaram a madrugada preparando uma emboscada, com o objetivo de vingar a morte, meses antes, de Douglas Karim da Silva.

Foi pedida a denúncia de 28 torcedores, mas o juiz só aceitou 25. A promotora Cláudia Ferreira MacDowell promete recorrer para que os outros três, entre eles um outro irmão de André Lezo, também sejam julgados.

O juiz Lorenzino também proibiu seis membros da Gaviões e dois da Mancha de frequentar e acessar estádios de futebol no Brasil em dias de jogos de seus times.

Castilho e Pascolatti acertaram com o José Balestiero Filho, comandante do 2.º Batalhão de Choque da Polícia Militar, que os oito terão de apresentar no batalhão e lá ficar durante os jogos, sob o risco de ter a prisão pedida.

19 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministério Público da Suíça diz que devolveu US\$ 120 mi desviados

Chefe do órgão, que se reuniu com Janot em Brasília, afirma ter congelado US\$ 400 mi

DE LONDRES
DE BRASÍLIA

O Ministério Público da Suíça informou nesta quarta (18) que devolveu ao Brasil US\$ 120 milhões desviados do esquema na Petrobras até agora. Ao todo, diz ter congelado US\$ 400 milhões (R\$ 1,3 bilhão) e aberto nove investigações sobre o caso no país.

As informações são do procurador-geral da Suíça, Michael Lauber. Ele está em Brasília para reuniões com procuradores brasileiros, alguns deles integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato.

A Procuradoria suíça disse ter recebido cerca de 60 relatos de suspeitos de lavagem ligados ao esquema. Até agora, diz, 300 contas vinculadas a 30 bancos na Suíça foram vasculhadas por “aparentemente” integrarem o esquema de desvios no Brasil.

Segundo os suíços, a maioria dos beneficiários dessas contas são empresas, altos executivos da Petrobras e fornecedores — todos ligados, direta ou indiretamente, com as suspeitas na Petrobras.

Segundo a Folha apurou, pelo menos US\$ 77 milhões desse montante foram transferidos pela holandesa SBM Offshore, fornecedora da Petrobras, a duas offshores de Julio Faerman, seu representante no Brasil até 2012.

Entre 2003 e 2013, segundo documentos suíços, uma dessas offshores, a Jandell Investments, recebeu US\$ 36 milhões, e a outra, a Bien Faire, US\$ 46 milhões.

Somente dessas duas empresas de Faerman, o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco teria recebido US\$ 22 milhões, sendo US\$ 8 milhões por meio de sua própria offshore, a Tropez Real State.

Faerman, apontado como elo do pagamento de propinas da SBM a funcionários da Petrobras, recebeu US\$ 139 milhões por serviços prestados à empresa holandesa.

Barusco, que admitiu ter recebido propina, se comprometeu a repatriar US\$ 67 milhões dos US\$ 97 milhões que diz manter na Suíça. Segundo os procuradores brasileiros, R\$ 182 milhões desse dinheiro já foram devolvidos.

As autoridades informaram que abriram investigação contra oito brasileiros.

O procurador-geral suíço classificou o caso Petrobras como “importante”. Lauber passou dois dias em Brasília conversando com o procurador-geral da República brasileiro, Rodrigo Janot.

As autoridades suíças dizem ter “grande interesse em contribuir para a resolução do escândalo através de suas próprias investigações”.

Mais cedo, um grupo de parlamentares, entre eles o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), foi à Procuradoria-Geral da República prestar solidariedade a Janot. O movimento foi uma resposta às críticas do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), investigado na Lava Jato, a ele. (LEANDRO COLON E GABRIEL MASCARENHAS)

19 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça torna réus 25 torcedores organizados

VIOLÊNCIA Integrantes da Gaviões e da Mancha serão julgados por briga que provocou duas mortes em 2012

ALEX SABINO
DIEGO IWATA LIMA
MARCEL RIZZO
DE SÃO PAULO

Três anos depois, 14 integrantes da Gaviões da Fiel se tornaram réus de processo pela morte de André Alves Lezo e Guilherme Vinícius Jovanell Moreira, integrantes da Mancha Alviverde.

Eles serão julgados por homicídio, com agravante de ter sido cometido "mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe" e "por motivo fútil", de acordo com o texto do Código Penal. Em caso de condenação, as penas variam entre 12 a 30 anos de prisão.

As vítimas foram espancadas em briga na avenida Inajar de Souza, zona norte da capital, em março de 2012.

E 11 integrantes da Mancha Alviverde serão julgados por associação com o fim específico de cometer crime. Neste caso, está prevista detenção de quatro a oito anos. Os associados da Gaviões também vão responder por isso.

"Há três [torcedores] que foram excluídos do processo por decisão do juiz. Nós vamos recorrer", diz a promotora Cláudia Ferreira Mac Dowell, que fez a denúncia.

O pedido foi acatado na terça (17) pelo juiz Paulo de Abreu Lorenzino, da 2ª Vara do Júri de São Paulo.

EX-PRESIDENTES

Entre os réus no processo estão o atual presidente da Gaviões, Wagner de Souza (o

"B.O."), o ex-presidente Antonio Alan Souza Silva ("Donizete") e o candidato favorito a ser eleito mandatário da entidade: Rodrigo de Azevedo Fonseca ("Diguinho").

Outro na lista é Alex Sandro Gomes ("Minduim"), atualmente secretário parlamentar do deputado federal Andrés Sanchez (PT-SP) e ex-presidente do Corinthians.

A Folha tentou fazer contato com Gomes, sem sucesso.

Fonseca também é réu na morte do palmeirense Diogo Lima Borges, acontecida no Tatuapé, zona leste, em 2005.

O advogado dos associados da Gaviões, Davi Gebara, afirma esperar uma citação oficial do processo.

"Eu e a Gaviões não temos conhecimento [da denúncia]. O prazo da decisão do juiz só conta a partir que os torcedores forem intimados. Quando isso acontecer, vamos tomar providências", disse.

O presidente da Mancha, Marcos Ferreira e o advogado da torcida, Luiz Ferretti Júnior, afirmaram que a entidade não vai providenciar defesa coletiva dos indiciados.

"Expulsamos um dos envolvidos e suspendemos outros oito", disse Marcos Ferreira ("Marquinhos").

Embora acredite que o caso pode ser marco para a punição de torcedores organizados, a promotora não sabe dizer quanto tempo irá levar até uma possível condenação.

"São 25 réus e cada um deles pode arrolar oito testemunhas. Existe a preocupação em não deixar o processo parado. Não vamos tratá-lo como um caso comum", assegurou Claudia Ferreira.

OITO SÃO PROIBIDOS DE IR A ESTÁDIO NO BRASIL

Seis integrantes da Gaviões, entre eles o atual presidente Wagner "B.O.", e dois da Mancha estão proibidos de frequentar arenas de futebol no Brasil. Em dias de jogos de seus times eles devem se apresentar à polícia.

19 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Acusados pela morte de cinegrafista serão soltos

Santiago Andrade, da Band, foi vítima de explosão de rojão durante protesto em 2014

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

O Tribunal de Justiça do Rio vai conceder o alvará de soltura a Caio Silva de Souza e Fábio Raposo, presos desde fevereiro de 2014 e acusados pela morte do cinegrafista Santiago Andrade.

Por dois votos a um o crime de homicídio triplamente qualificado foi desclassificado pela 8ª Câmara Criminal.

O caso volta ao Ministério Público Estadual, que deverá formular nova denúncia. Sem a qualificação de homicídio, o caso não irá a júri popular.

A liberdade dos acusados havia sido negada anteriormente, pelo ministro Celso de Mello, em julgamento no (Su-

perior Tribunal de Justiça).

Santiago Andrade era cinegrafista da TV Bandeirantes, e foi atingido por um rojão enquanto cobria uma manifestação contra o aumento das passagens de ônibus no Rio, no dia 6 de fevereiro de 2014.

Ele chegou a ser internado e morreu quatro dias depois.

Os acusados respondiam pelos crimes de explosão e homicídio doloso triplamente qualificado, por motivo torpe, impossibilidade de defesa da vítima e uso de explosivo.

Nas redes sociais, a irmã de Raposo, Joana, comemorou: "A vitória é toda nossa!". Conseguimos!". O Ministério Público não se posicionou sobre o caso. (BRUNA FANTTI)

Rio Grande do Norte tem 8º dia seguido de motins em presídios

Onda de rebeliões já atinge 13 prisões e um centro educacional

DE SÃO PAULO

Detentos do presídio Rogério Coutinho, em Nísia Floresta (região metropolitana de Natal, RN), iniciaram na manhã desta quarta (18) o segundo motim em 24 horas.

Os rebelados amassaram portas das celas e tentaram retirar camas para destruir paredes, sem sucesso. A ação foi contida horas depois.

Foi o oitavo dia consecutivo de motins em unidades prisionais do Rio Grande do Norte. As rebeliões, que atingiram 13 presídios e um centro educacional, provocaram

pânico em Natal.

O governador Robinson Faria (PSD) decretou situação de calamidade pública no sistema prisional, que está superlotado e com problemas de infraestrutura. São 7.700 presos para 4.667 vagas

O Estado recebeu reforço de cerca de 200 homens da Força Nacional de Segurança.

O Batalhão de Choque da PM entrou nesta quarta no presídio Rogério Coutinho e também na vizinha Penitenciária Estadual Alcaçuz. As unidades estão totalmente destruídas, segundo a Secretaria da Segurança Pública.

Ainda na manhã desta quarta, houve um princípio de tumulto no CDP (Centro de Detenção Provisória) de Potengi, em Natal. Presos começaram a bater nas grades pedindo transferência. A ação foi controlada.

Foi encerrada ainda a rebelião no CDP de Nova Cruz (interior do Estado), que havia sido dominado pelos presos desde a tarde de terça (17).

Na segunda (16), após ataques a ônibus e a um carro da PM, o transporte coletivo deixou de funcionar. Na terça, escolas e faculdades suspenderam as aulas.

FOLHA DE S. PAULO

Servidor do TJ deve aluguel pela casa de Darcy Ribeiro

Ele cobra R\$ 100 mil na
Justiça, por melhorias

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

Inquilino por cinco anos do apartamento que pertenceu ao senador Darcy Ribeiro e que estava sob guarda da Justiça, o servidor Eduardo Wrangler, do Tribunal de Justiça do Rio, deixou uma dívida de R\$ 20 mil de aluguel.

Wrangler ainda cobra na Justiça R\$ 100 mil por obras que teriam sido feitas no imóvel, situado em Copacabana, zona sul do Rio.

O contrato de locação foi feito em 2008 entre sua mulher, Mara Dantas, e a Central de Inventariante, órgão do próprio TJ que administra heranças no Rio. O contrato previa R\$ 800 de aluguel —no mercado, o valor pela locação chegaria a R\$ 5.000.

O servidor não foi encontrado nesta quarta (18). Em depoimentos à Justiça, ele disse que investiu em melhorias no imóvel, que não tinha condições de moradia.

Na edição desta quarta (18), a Folha revelou que o apartamento foi alugado a dois servidores do TJ após a morte da ex-mulher de Darcy, a antropóloga Berta Gleizer Ribeiro, em 1997.

O imóvel possui quatro quartos, uma vaga de garagem e aproximadamente 270 metros quadrados.

A Corregedoria do TJ investiga o caso desde 2013. Até o momento não obteve resultados. A corregedora Maria Augusta Vaz não se pronunciou. Em nota disse apenas que “está apurando todos os fatos, a fim de que todos os responsáveis sejam submetidos ao devido processo legal”.

19 MAR 2015

MÔNICA BERGAMO

CONFLITO ABERTO

Do início deste ano até o dia 8 de março, 117 pessoas morreram em supostos confrontos com policiais militares e civis no Estado de SP, segundo a Ouvidoria da Polícia —uma média de quase duas por dia.

EM ALTA

É uma média parecida com a do ano passado, em que foram registrados 801 casos de homicídio, envolvendo agentes policiais. Foi quase o dobro do registrado em 2013, com 440 óbitos.

EM ALTA 2

Nos próximos dias, a Secretaria da Segurança Pública vai alterar o procedimento de investigação de mortes que envolvam agentes de segurança. A cena do crime deverá ser vista pelo comandante da área da ocorrência, um delegado, um integrante da corregedoria da corporação e um promotor.

EM ALTA 3

“A PM alega que a bandagem está mais ousada no confronto, mas o que causa o aumento é a impunidade, dos dois lados”, diz o ouvidor da polícia, Julio Neves. Para ele, a nova regra da secretaria pode contribuir para a redução na letalidade policial. Mas sugere que seja chamado ao local também um defensor público, “para garantir a transparência e que nenhum elemento será alterado”.

PAINEL DO LEITOR

Mônica Bergamo

A reportagem “A nossa bandeira jamais será vermelha”, de Mônica Bergamo (“Ilustrada”, 17/3), ilustra bem o tipo de público majoritário que invadiu a Paulista para reivindicar um golpe na nossa democracia. Socialites e empresários endinheirados estavam ali só porque o candidato deles foi derrotado na eleição. Mais revoltante é ver a herdiera do Itaú empunhando um cartaz “Fora, Dilma” enquanto o seu império bate recorde de lucros.

CARLOS ALBERTO RAMALHO (São Paulo, SP)



Impressionante como a colunista foi tendenciosa. Parece esquecer que quem paga o salário dela são os que leem o jornal. Ou será que quem o lê e é da classe média, como eu, que trabalho cinco meses do ano só para pagar impostos e emprego 70 pessoas, também faz parte da elite burra?

CELIA MAMPRIM (Tubarão, SC)

19 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Tiririca é condenado por parodiar canção de Roberto e Erasmo

Deputado federal e o PR terão que pagar indenização pelo uso da música 'O Portão' em propaganda eleitoral

Humorista pediu votos fantasiado de Roberto; advogado dos réus irá recorrer e diz que sentença fere liberdade

A Justiça condenou o deputado federal Tiririca (PR-SP) e o diretório regional de São Paulo do PR (Partido da República) por parodiarem a canção "O Portão", de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, na campanha eleitoral do ano passado. A sentença foi do juiz Márcio Teixeira Laranjo, da 21ª Vara Cível de São Paulo.

Pela decisão em primeira instância, os réus estão proibidos de utilizar a música e terão que pagar indenização, em valor ainda não estipulado, à editora EMI Songs, detentora dos direitos patrimoniais da composição.

Na campanha eleitoral na TV em 2014, Tiririca imitou Roberto Carlos, usando peruca e terno branco, para pedir votos. Sentado em frente a um prato de bife, em referência à propaganda de um frigorífico protagonizada por Roberto, Tiririca cantava: "Eu votei, de novo eu vou votar/ Tiririca, Brasília é o seu lugar".

A propaganda adaptou os versos originais de "O Portão": "Eu voltei, agora pra ficar. Porque aqui, aqui é meu lugar".

Tiririca foi reeleito deputado federal por SP com mais de 1 milhão de votos, o segundo mais votado do Estado.

Na sentença emitida no dia 13/3, o juiz afirma que "é de rigor reconhecer a ofensa ao direito autoral, pelo uso e transformação de composição sem autorização".

"O material publicitário, como seria de se esperar, busca a promoção do candidato, a exclusiva satisfação de seus interesses eleitorais. Não tem como finalidade o humor, a diversão dos espectadores."

"Aliás, programa eleitoral, gratuito e obrigatório, não é — ou ao menos não deveria ser — programa humorístico."

Advogado de Tiririca e do PR, Ricardo Vita Porto diz que entrará com recurso contra a decisão. "Se precisarmos de autorização para fazer imitação de um artista, estaremos num cenário nebuloso. Isso coloca em risco a liberdade de expressão", comentou.

Para José Diamantino, advogado da EMI, a sentença foi lúcida. "É uma afronta ao direito autoral pegar uma música e colocar numa campanha política, alterando a letra, sem autorização. Dava a impressão de que o Roberto apoiava o candidato."